

HABEAS CORPUS Nº 548.967 - SP (2019/0358518-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO
ADVOGADO : HEITOR RODRIGUES DE SOUZA LEAO - MG130672
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE JORGE RIBEIRO DE BRITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de JOSE JORGE RIBEIRO DE BRITO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Habeas Corpus n. 2232356-69.2019.8.26.0000.

Segundo alegações, o paciente foi preso em flagrante em 2/2/2016 e posteriormente denunciado pela suposta prática de delitos tipificados nos artigos 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, inciso V, todos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico interestadual de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Em 11/10/2019, sobreveio sentença julgando parcialmente procedente a acusação, absolvendo o paciente do delito de associação para o tráfico de entorpecentes e condenando-o à pena de 8 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e de pagamento de 875 dias-multa, por incursão no crime de tráfico interestadual de entorpecentes, tendo sido negado o recurso em liberdade, mantida, assim, a segregação cautelar.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante a Corte estadual, pendente de julgamento, assim como impetrou o *habeas corpus* originário, tendo sido denegada a ordem, nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - SENTENÇA CONDENATÓRIA - INCONFORMISMO PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR - AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE OU TERATOLOGIA DA R. DECISÃO CONDENATÓRIA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS DA PRISÃO PREVENTIVA - ORDEM DENEGADA (fl. 26).

Superior Tribunal de Justiça

No presente *mandamus*, alega que a negativa do direito de apelar em liberdade carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator